



Juventude ativa: protagonismo juvenil em prática na educação não formal

Active youth: youth protagonism in practice in non-formal education

Página | 1582

Jéssica Vitória da Conceição Justino⁽¹⁾; Amanda Nascimento Santana⁽²⁾;
Viviane de Bona⁽³⁾

⁽¹⁾ ORCID n° <http://orcid.org/0000-0002-1086-7690>. Graduanda do curso de Pedagogia; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Recife; Pernambuco; Brasil; E-mail: jessica.justino@ufpe.br;

⁽²⁾ ORCID n° <https://orcid.org/0000-0002-8354-0744>. Graduanda do curso de Pedagogia; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Recife; Pernambuco; Brasil; E-mail: amanda.nsantana@ufpe.br;

⁽³⁾ ORCID n° <http://orcid.org/0000-0003-2985-4133>. Professora do Centro de Educação; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Recife; Pernambuco; Brasil; E-mail: viviane.bona@ufpe.br.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 19 de setembro de 2020; Aceito em: 24 de dezembro de 2020; publicado em 31 de 01 de 2021. Copyright© Autor, 2021.

RESUMO: A educação não formal possibilita a aprendizagem para a formação cidadã, de modo que os indivíduos compreendam seus direitos políticos e atuem tendo em vista a modificação do *status quo* em sua comunidade. Em meio a isto, o protagonismo juvenil trata-se especificamente de jovens que se apropriam de seus direitos e os utilizam para a mudança da sociedade. Delimitou-se como objetivo desta pesquisa compreender as práticas educativas voltadas para o protagonismo juvenil em uma instituição de ensino não-formal. Caracteriza-se como uma pesquisa do tipo etnográfica realizada no Coletivo Mulher Vida (CMV), uma instituição não governamental localizada em Olinda, Pernambuco, Brasil, por meio de observação participante no processo formativo denominado "Cultura de Paz", com adolescentes de 12 a 15 anos, e "Rede Mobilização Jovem de Olinda" (RMJO) com presença de jovens de 15 a 20 anos. Além disso, empreendeu-se uma análise documental em documentos fornecidos pela instituição. Os procedimentos foram envolvidos de um cuidado ético por meio de termo de anuência institucional. Obteve-se como resultados que os jovens são considerados como parte das soluções dos problemas sociais, já que na instituição há a formação de adolescentes e jovens para atuarem nas comunidades, além das plenárias para mobilização juvenil, que são pensadas, discutidas e colocadas em prática pelos mesmos, que demonstram uma autoconfiança, construindo saberes através da troca de vivências. Isso ocorre por meio de uma escuta ativa e sem atitudes punitivas ou inibitórias. Identificou-se que a visão da instituição para com o protagonismo juvenil parte de um incentivo a autonomia pautada no desenvolvimento do ser para a sociedade, com o teor de empoderamento sobre sua própria existência e o contexto social em que está inserido. O presente estudo tem sua relevância por se tratar de uma experiência concreta, possibilitando reflexão para estudiosos da educação e das ciências humanas. Do mesmo modo, apto como exemplo e embasamento para instituições formais e não formais.

PALAVRAS-CHAVE: participação social, educação cidadã, autonomia juvenil.

ABSTRACT: Non-formal education enables learning for citizenship formation, so that individuals understand their political rights and act with a view to changing the *status quo* in their community. Amid this scenario, youth protagonism is specifically about young people who appropriate their rights and use them to change society. The objective of this research was to understand the educational practices aimed at youth protagonism in a non-formal educational institution. It is characterized as an ethnographic research carried out at Coletivo Mulher Vida (CMV), a non-governmental institution located in Olinda, Pernambuco, Brazil, through participant observation in the formative process called "Culture of Peace", with adolescents aged 12 to 15 years old, and "Rede Mobilização Jovem de Olinda" (RMJO) with the presence of young people aged 15 to 20 years old. In addition, a document analysis was carried out on documents provided by the institution. The procedures were developed with ethical care through an institutional consent term. It was obtained as results that young people are considered as part of the solutions of the social problems, since in the institution there is the formation of adolescents and young people to act in the communities, besides the plenary sessions for the youth mobilization, which are thought, discussed and placed in practice by them, who demonstrate self-confidence, building knowledge through the exchange of experiences. This occurs through active listening and without punitive or inhibitory attitudes. It was identified that the institution's vision for youth protagonism starts from an incentive to autonomy based on the development of being for society, with the empowerment content about its own existence and the social context in which it is inserted. This study has its relevance because it is a concrete experience that allows reflection for professionals in the areas of education and humanities. Likewise, suitable as an example and basis for formal and non-formal educational institutions.

KEYWORDS: social participation, citizen education, youth autonomy.

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida tem como tema o protagonismo juvenil na educação não formal. Delimitamos como objeto de pesquisa as práticas e finalidades educativas desenvolvidas no Coletivo Mulher Vida (CMV)¹, instituição de educação não formal, fundada em 1991, com sede em Olinda-PE. Seu trabalho é voltado para a luta contra a violência doméstica, sexual e sexista, que abrange mulheres, jovens e adolescentes de comunidades de baixa renda da Região Metropolitana de Recife-PE.

O processo político pedagógico de aprendizagem e produção de saberes da educação não formal tem dimensões, como por exemplo, a aprendizagem dos direitos políticos para a cidadania e a aprendizagem para o trabalho que são desenvolvidas através de oficinas e laboratórios. Portanto, aprendizagens que façam com que os indivíduos compreendam o mundo, de modo a atuarem com objetivos comunitários, solucionando problemas que são do cotidiano da sociedade (GOHN, 2013).

Ao discutirmos sobre juventude nos reportamos à definição dada pelo site da Organização das Nações Unidas (2014), que especifica a categoria jovem para indivíduos que se encontram na faixa etária entre 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos. Entretanto é possível entender que este é apenas um parâmetro quantitativo, pois a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (*s. d.*) expressa que “sabemos que a experiência de ser jovem pode variar enormemente em todo o mundo, e que, muitas vezes, *juventude* é uma categoria fluida e mutável”, desse modo, a definição de ser jovem se daria pelo contexto, ou seja, se difere entre regiões e países. No Brasil, por exemplo, o Estatuto da Juventude considera em suas leis, como jovens, aqueles que têm entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos (BRASIL, 2013).

O ‘Protagonismo Juvenil’ diz respeito, especificamente, a jovens que se apropriam de uma ação central nos esforços por uma mudança social (COSTA, 2006), tendo em vista que etimologicamente, a palavra ‘protagonismo’ provém da união de duas palavras gregas: *protos*, que é equivalente a principal, primeiro, e *agonistes*, que significa lutador, competidor, contendor.

Desse modo, buscamos responder ao seguinte questionamento: Como o protagonismo juvenil é promovido no Coletivo Mulher Vida (CMV)? Partimos da hipótese de que o protagonismo juvenil na educação não formal ocorre através de um debate feito de jovens para jovens.

Delimitamos como objetivo geral compreender as práticas educativas voltadas para o protagonismo juvenil desenvolvidas no Coletivo Mulher Vida. Especificamente: identificar a concepção de protagonismo juvenil adotada pela instituição, bem como as práticas educativas efetuadas para a promoção do protagonismo juvenil neste espaço.

Temos, nesse sentido, o interesse de entender como o conceito de protagonismo juvenil se apresenta nas práticas educativas em espaços de educação não formal com esse fim, com o intuito de ter acesso a um exemplo concreto de jovens como atores sociais visto que esse é o mote da referida instituição.

¹ Destacamos que temos a autorização da instituição para expor o seu nome e a pesquisa realizada no referido local.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E PROTAGONISMO JUVENIL

A educação não formal tem um teor mais acessível e menos burocrático, de forma a ser flexível em seus âmbitos se adequando as particularidades do indivíduo. De acordo com Gadotti (2005) esse tipo de educação é mais difuso, menos hierárquico e menos burocrático. Assim, tanto seu tempo como o espaço não importam, pois respeitam-se as especificidades do processo educacional.

Desse modo, pode-se ver a educação não formal como um espaço que é rico em áreas, visto que existe a intencionalidade e a sistematização dos processos educacionais. Não deve ser vista como apenas contraposição ou complemento da educação formal escolar, pois seria uma negação de todo seu potencial como uma área que também pode desenvolver os indivíduos plenamente.

Segundo Gohn (2013), a educação não formal é uma área de formação para a cidadania e para os trabalhos que objetivam a emancipação social dos indivíduos, grupos e coletivos. Nessa perspectiva, é compreendida como um caminho quando se fala em autonomia dos sujeitos que participam do seu meio.

É um trabalho pautado em pontos que perpassam os processos formativos, que seriam incorporados como uma formação que busca oferecer aos sujeitos a aprendizagem dos saberes para a vida harmoniosa no coletivo: seus direitos humanos, sociais, políticos e culturais, enfatizando também, o caráter democrático e emancipatório que se pode adquirir.

A educação não formal pode atuar como uma fuga da homogeneidade dos alunos, muitas vezes ocorridas no processo formal escolar. Gadotti (2005) se utiliza de duas palavras latinas para explicar concepções acerca das crianças, que mais tarde tornar-se-ão jovens. *Ingenuus* traduz-se em 'nascido livre', aquele que constrói permanentemente sua liberdade. Mas na educação formal, a criança é mais comumente vista como o *infans*, sem fala, que não tem 'seu querer' respeitado. É na educação não formal que esses sujeitos poderão impor sua liberdade, sua autonomia, visto o caráter de formação para a cidadania, para participar ativamente da sociedade em todas as esferas de sua vida.

Os processos formativos de caráter emancipatório pelos quais o aluno passará têm como objetivos propiciar a tomada de iniciativas e a se imporem como seres autônomos do seu pensar e seu fazer. Essa autonomia é um valor para a construção de uma sociedade onde haja mudanças e emancipação sócio-político-cultural dos sujeitos, para mostrar-se contra o ciclo de perpetuação de uma rede de consumidores inconscientes de um sistema capitalista, que apenas mantêm a roda girando.

Gohn (2013) ainda afirma que a autonomia deve capacitar os sujeitos a inserir-se no contexto social e compreender as circunstâncias da sua existência em todas as esferas: social, econômica, cultural e ética. Desse modo, os sujeitos devem munir-se de sua formação para entender as circunstâncias da realidade em que vivem, ou seja, reconhecerem-se no seu contexto social e entender o porquê é de tal modo. Um exemplo disso seria o contexto de desigualdade social, e o jovem nesse caso, buscaria entender como e quais processos resultaram nesse sistema desigual reconhecendo-se nesse meio.

No que concerne ao contexto da juventude, atualmente a realidade dos jovens no Brasil está envolta da violência. Segundo o relatório anual do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2017, entre os 65,6 mil homicídios, 36.738 vitimaram jovens, ou seja, mais da metade dos homicídios, sendo 75,5% jovens negros. A maior parte das vítimas têm baixa escolaridade e os estados com maiores quantitativos estão no Nordeste (IDOETA, 2019).

Além disso, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os jovens são os mais afetados pelo desemprego, em 2018 havia mais de 7 milhões de desempregados. Isto está aliado à baixa escolaridade, 4 (quatro) em cada 10 (dez) jovens não concluem o ensino médio, ou seja, não há oportunidades para que estes consigam competir no mundo do trabalho, fazendo com que não haja uma mobilidade social. Assim, jovens são encurralados, sem condições de uma vida digna, direitos a educação e a empregabilidade são negados, passando a serem expostos a criminalidade, o que acarreta no crescimento da violência do país.

Entretanto, é importante ressaltar que os jovens devem ser vistos além dos problemas que os envolvem, como parte fundamental da resolução desses problemas. Para Ribas (2004, p.1) “os jovens não podem ser considerados apenas como parte do problema, mas devem ser vistos também como parte fundamental da solução. Não é possível fazer frente à exclusão juvenil sem abrir espaço para que os jovens sejam protagonistas dos processos de mudança”.

Nessa perspectiva, que o protagonismo juvenil propõe que o jovem seja personagem principal dos processos de mudança, através da participação na transformação do cenário social. Segundo Sousa (2011), o protagonismo é como uma expressão, como um conceito orientador de práticas sociais com adolescentes e jovens, seja em espaços de educação não formal ou em espaços de educação formal. O protagonismo juvenil agrega ideias como: participação, cidadania, autonomia, responsabilidades, ação individual e/ou coletiva, empoderamento e resiliência.

Essas ideias convergem para um significado comum, que é o de um jovem formado e com autoridade para tomar decisões acerca de sua própria vida, um jovem que está para a vanguarda de ações sociais. Dessa forma, há o reconhecimento dos jovens como sujeitos possíveis de ocuparem, a partir de experimentação de um processo de construção social, um lugar relevante em espaços de tomada de decisões sobre questões que repercutem suas próprias vidas.

Segundo Costa (2006), num país em que a dimensão participativa da democracia está ainda se desenvolvendo após a constituição de 1988, a finalidade da educação deve ter em vista o protagonismo juvenil para a participação democrática, de forma a gerar condições para que os educandos possam se exercitar criticamente ao ponto de serem criativos e construir assim sua autonomia. Além disso, explica que a interação de jovens com outros jovens é algo que ocorre com uma intensidade, dessa forma deve-se haver uma valorização pedagógica dessa tendência natural e espontânea onde os educadores possam utilizar-se dessas grupalidades organizadamente, caracterizando assim uma experiência de protagonismo juvenil que constrói a cidadania. Cidadania esta que:

Se constrói pelo reconhecimento e respeito às diferenças individuais, pelo combate aos preconceitos, às discriminações (econômica, política, sexual, cultural etc). E aos privilégios, pela participação no processo grupal, pela ampliação da consciência em relação aos direitos e deveres e pela confiança no potencial de transformação de cada um (COSTA, 2006, p.144).

A adesão da visão por parte do educador, de que o jovem é uma parte verdadeira da resolução de problemas e impasses na sociedade deve ser traduzida em uma postura de natureza ética, pois o adolescente está em uma fase de desenvolvimento. Dessa forma, o educador deve agir de forma a não inibir a participação dos jovens e sim incentivar o crescimento pessoal do jovem. Esse é um trabalho que deve ser embasado na autoestima e na construção da identidade. Esta autoconfiança só é verdadeira quando se tem como fundamento uma identidade bem definida, para assim ser possível a capacidade de resistir às adversidades e utilizá-las para o seu próprio conhecimento, isso seria a resiliência, nas palavras de Costa (2006).

Sobretudo por essas afirmações que adentramos as práticas e finalidades educativas desenvolvidas por uma instituição que realiza seu trabalho com vistas a proporcionar o protagonismo juvenil. Assim, poderemos conhecer a perspectiva adotada quando se propõe a construção da autonomia pelas pessoas para sua vivência em sociedade.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Optamos pela pesquisa de tipo etnográfico, que de acordo com André (2009), caracteriza-se fundamentalmente por um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, permitindo reconstruir os processos e as relações que configuram as experiências diárias. Realizamos observação participante na instituição Coletivo Mulher Vida (CMV), onde foi possível documentar o não documentado, isto é, desvelar os encontros e desencontros que permeiam o dia a dia das práticas na organização; descrever as ações e representações dos seus atores sociais; reconstruir sua linguagem; suas formas de comunicação e os significados que são criados e recriados no cotidiano do seu fazer pedagógico, levando em conta tudo o que compõe determinadas situações, suas interações e influências (ANDRÉ, 2009).

Além disso, utilizamos também a pesquisa documental, que de acordo com Severino (2000), tem como fonte documentos no sentido amplo, de livros até fotografias, que são os objetos a serem tratados, e que é de onde o pesquisador irá desenvolver sua análise. A pesquisa documental foi embasada a partir das obras e documentos oficiais da instituição disponibilizados durante as visitas, quais sejam o documento de “Política Institucional de Proteção à Infância”, bem como o livro produzido pela instituição intitulado “A roda do beijo”.

Em nossas visitas ao CMV, ocorridas durante o segundo semestre de 2019, observamos, primeiramente, a formação “Cultura de Paz”, facilitada pela pedagoga da instituição e pela educadora social, com vinte adolescentes e jovens de 12 a 15 anos que receberam formação para a criação de círculos restaurativos, com base na justiça

restaurativa, que visa a resolução de conflitos. Também observamos a plenária “Rede Mobilização Jovem de Olinda” (RMJO), onde seis jovens são os facilitadores e outros cinquenta são participantes de idade entre 15 e 20 anos, em que procuram debater temáticas relacionadas à violência e outras temáticas ligadas à juventude. Ademais, observamos uma reunião da pedagoga e da educadora social do movimento com três jovens facilitadores da plenária. Para todos os procedimentos foi tomado um cuidado ético, obtendo o termo de anuência institucional que nos fornece a possibilidade de publicação do estudo e uso de dados com o nome da instituição, resguardando os nomes de todos os demais envolvidos nesta construção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já mencionamos, acompanhamos a formação “Cultura de Paz”, bem como a plenária RMJO, uma reunião das educadoras do movimento com três jovens facilitadores da plenária, bem como também verificamos um documento e o livro da instituição.

Já apresentamos neste texto, a compreensão de Ribas (2004) de que os jovens devem ser considerados como parte das soluções dos problemas sociais, desse modo é preciso abrir o espaço para que estes sejam protagonistas das mudanças na sociedade. Podemos ver que o CMV concorda com essa visão ao ler o que expressa em seu livro:

A formação de jovens mobilizadores tinha como perspectiva empoderar jovens e adolescentes em relação aos direitos e deveres [...] despertar a essência do ser de forma integral, reconhecendo esse sujeito como agente transformador da sua vida, e conseqüentemente da sua comunidade. (SOUZA, 2017, p. 68).

Pudemos constatar na prática como essa visão se concretiza, já que o CMV abriu as portas para a “Plenária de Mobilização Jovem” que é feita de jovens para jovens. Também pela formação de mais jovens na “Cultura de Paz”. Costa (2006) concorda com Ribas (2004) ao afirmar que o educador deve ver o jovem como uma parte verdadeira na resolução dos problemas dentro da sociedade. Entretanto acrescenta que para isso é necessário um compromisso de natureza ética por parte do educador, pois o adolescente está em uma condição peculiar do desenvolvimento, dessa forma o educador deve observar se suas atitudes inibem ou incentivam que os jovens participem. Então, vemos que esse compromisso é reafirmado pela instituição nas regras de condutas éticas expressas no documento “Política Institucional de Proteção à Infância”, em que é possível ler nas responsabilidades a serem tidas pelos funcionários e público parceiro, como estes devem agir a “Garantir uma escuta ativa e considerar a dimensão da outra pessoa sem atitudes punitivas e inibitórias” (COLETIVO, 2017, p. 8).

Trazendo para o contexto das observações, não vimos qualquer atitude a inibir as ações feitas pelos jovens. Pelo contrário, observamos o incentivo por parte do Coletivo na reunião entre a pedagoga, a educadora social e alguns jovens coordenadores da RMJO, em que estavam realizando relatórios de fóruns que participaram representando

a organização. A participação dos jovens nos fóruns condiz com a perspectiva de Costa (2006) de que a educação deve ter por finalidade o protagonismo juvenil para a participação democrática, e assim fazer com que os educandos possam exercitar de forma crítica ao ponto de construir sua autonomia. Gohn (2013) diz que a autonomia deve capacitar os sujeitos a inserir-se no contexto social e entender tudo que perpassa sua existência, para que entendam a conjunção em que vivem. Souza (2011) também fala que o protagonismo agrega a ideia de autonomia, que significa um jovem formado e com autoridade para tomar decisões em sua vida e perante ações sociais.

A partir dessas afirmações, podemos remeter que durante as observações da RMJO, de cunho a tratar de questões sociais, os jovens atuam como facilitadores, propõem as atividades a serem realizadas, juntamente com outros jovens participantes que também intervêm nos debates e atividades, ao passo de incluir suas perspectivas e vivências sobre o tema discutido. Como na plenária em que o facilitador tratava do tema de igualdade de gênero, então no decorrer da apresentação, o facilitador citou a data histórica das mulheres, e uma integrante incluiu uma informação a mais com relação à data e ao tema. Ou ainda na discussão sobre *bullying*, em que o facilitador explicou sobre a temática e ao abrir o debate para que as pessoas pudessem discorrer sobre suas experiências com o assunto, os participantes trouxeram suas vivências e acrescentaram no debate, explicitando sobre como a vítima de *bullying* pode se transformar em um agressor e que o agressor também é uma vítima.

Isso demonstra uma inserção dos próprios participantes, através de suas vivências dentro de um debate de âmbito social e expressa ainda uma perspectiva da metodologia da organização, sendo visível que esses jovens facilitadores utilizam o método usado nos projetos da instituição, pois:

Soma-se ainda à metodologia outro elemento, onde as vivências de cada um, suas histórias de vida e experiências são auto relatadas conforme a própria vontade, a partir disto são facilitadas às reflexões, transformações e ressignificações em conjunto com o facilitador e o próprio grupo, possibilitando que novas histórias possam ser construídas por aquelas pessoas (DUARTE, 2017, p. 35).

Além da utilização desse método por parte dos jovens facilitadores na plenária, há também a utilização da metodologia da roda do beijo que é utilizada pela organização em todos os seus projetos, consistindo em um beijo que se inicia numa ponta de um círculo formado por todos os participantes e segue de rosto em rosto até voltar para onde começou.

A própria metodologia criada pela instituição e que está presente no título deste livro - Lúdica-Afetiva-Vivencial - estimula pessoas a se aproximarem de outras pessoas e encarar seus desafios diários de maneira leve, mas não menos eficiente, sentindo muito mais o outro (BRUCE, 2017, p. 13).

Gadotti (2005) expõe que é por meio da educação não formal que os sujeitos poderão impor sua liberdade, sua autonomia, a partir desse caráter de formação para a

cidadania, para participar ativamente da sociedade, inclusive a partir do respeito pelo outro. Durante as observações, fica explícita a posição de autonomia dos jovens acerca de suas atividades na perspectiva de formação para a cidadania dos sujeitos, pois, após a formação do Cultura de Paz, há a ida aos núcleos para a realização e facilitação dos círculos de cuidado e construção de paz, onde eles facilitam a mediação de conflitos e até situações de violência. Fica a critério dos mesmos optar por facilitar tais atividades, tendo a autonomia de gerir o processo, pois detêm a formação para tal, assim como na RMJO, em que eles se articulam entre si, propondo e organizando de acordo com o que é votado nas reuniões, enquanto que as educadoras ficam com o papel de acompanhar, mas sem enormes interferências. O processo de autonomia dos jovens, é respeitado e incentivado, o que é explicitado no extrato de fala da pedagoga do CMV durante uma plenária do grupo “A RMJO tem autonomia em gerir e propor, mas o CMV também acompanha”.

Demonstra que há a interferência, mas com cunho de melhor auxiliar nas tomadas de decisões, pois os questionamentos que são feitos são: “você têm tempo para isso?” - em relação a execução das propostas de ações feitas pelos jovens participantes, ou até mesmo pedir silêncio quando os jovens estão muito agitados e com conversas paralelas em momentos indevidos, como o momento em que alguns participantes contam suas experiências, por exemplo, já que deve ser um momento de escuta por parte de todos.

Ademais, o desenvolvimento de trabalhos com jovens, segundo Costa (2006) deve ter, no geral, etapas como a apresentação de uma situação ou problema tendo como base dados e informações; propostas e alternativas com participação máxima do grupo; discussão das propostas apresentadas, sendo livre as críticas e ideias sobre elas, deixando claro que a crítica é sobre a proposta e não a pessoa. Por fim, deve-se tomar uma decisão unânime ou majoritária.

Todas essas etapas estiveram presentes nas plenárias da RMJO que se iniciam com uma apresentação do tema que é sempre uma problemática, como por exemplo, LGTBfobia, racismo, *bullying*, embasadas por dados que demonstram o impacto desses problemas na vida das pessoas. No decorrer da apresentação são trazidas inúmeras questões pelos facilitadores aos jovens participantes, ao que parece, no intuito de fazer com que se expressem, compartilhem suas vivências, de modo que o debate ocorre de maneira fluida ao ponto de chegar na etapa de propostas para a resolução de problemas e muitos participarem, falarem suas ideias.

Há também a etapa de críticas às propostas, como observamos na plenária sobre *bullying*, em que uma participante propôs postagens nas redes sociais sobre a temática e um jovem facilitador expressou uma crítica argumentando que isso já havia sido feito na atividade sobre racismo e infelizmente não houve muita repercussão, poucas pessoas postaram, deixando claro ao final, que era opinião dele mas que se essa proposta fosse votada poderiam realizar. A decisão final é feita através de uma votação como vemos no extrato de fala “Pela democracia que somos, ou tentamos ser, todos irão votar na proposta que acharem melhor, voto único” (Jovem facilitador A).

Outro fator é a autoconfiança, em que Costa (2006) afirma ser necessária para a resistência do indivíduo às adversidades, importante para seu próprio conhecimento e crescimento pessoal, traduzindo-se em resiliência. Entretanto, só é possível ter

autoconfiança por meio de uma identidade bem definida. A questão da autoconfiança pôde ser percebida na plenária sobre racismo, em que os facilitadores abrangeram a temática para um contexto histórico e assim explicar uma dívida de séculos, trazendo uma reflexão sobre o negro na sociedade. Segundo eles “moreno”, por exemplo, seria uma tentativa de branqueamento da população negra, o que faz com que muitas pessoas negras não se aceitem como negras. É perceptível a autoconfiança expressa na fala “Moreno é uma palavra bonita que apaga minha luta histórica. Orgulho de ser negro!” (Jovem facilitador B).

E para além disso, os saberes construídos em conjunto os auxiliam para combater as adversidades encontradas na sociedade, como o racismo que os permeiam. Saberes que segundo Gohn (2013) têm relevância, quando ela diz, “portanto, aprendizagens que façam com que os indivíduos compreendam o mundo, de modo a atuarem com objetivos comunitários solucionando problemas que são do cotidiano da sociedade”.

Por fim, de acordo com as discussões e análises acerca dos referenciais teóricos e das observações das atividades da instituição, foi constatado o teor de autonomia para com a construção da RMJO através da atuação dos jovens no CMV, que ficam à frente das decisões e realização do que fora planejado, com voz ativa para propor e gerir na sua atuação. Há ainda as formações que eles recebem, formações estas que visam capacitar os sujeitos para a atuação na sociedade, em vista de auxiliar onde há a demanda de uma cultura de paz.

Além disso, foi explícito o desenvolvimento dos jovens, ao discutirem acerca de temas e problemas sociais que estão inseridos em seu contexto, o que os mune de autoconhecimento para tornarem-se seres que reconhecem seu poder, luta e local de fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do questionamento de como o jovem é visto em nossa sociedade, e da dúvida de como o protagonismo juvenil é promovido por uma instituição não formal de ensino, buscamos compreender a concepção de protagonismo juvenil e as práticas educativas da instituição CMV sobre esta temática.

Foi constatado que a visão da instituição a respeito do protagonismo juvenil é de preparação dos jovens para disporem de autonomia necessária na tomada de decisões para além da esfera do que realizam no coletivo, ou seja, é uma autonomia pautada no desenvolvimento do ser para a sociedade, com um teor de empoderamento dos jovens sobre sua própria existência e o contexto em que estão inseridos.

Com relação às práticas educativas, elas se dão através de mais de um projeto, embasadas na metodologia da instituição lúdico-afetivo-vivencial, tanto por parte dos profissionais quanto pelos jovens que também mediam. Em busca de fazer com que os educandos reflitam sobre suas próprias vivências ao ponto de adquirirem uma identidade, e assim, atuarem em impasses da comunidade em que habitam.

O presente estudo apresenta uma experiência concreta de protagonismo juvenil tido em uma instituição não formal, demonstrando relevância por possibilitar a reflexão de estudiosos no campo da educação e das ciências humanas, sobre os jovens em nossa

sociedade como participantes reais nas problemáticas sociais. Bem como, pode ser tido como exemplo real para a construção de práticas pedagógicas em outras instituições de ensino tanto não formais, como formais. Consideramos, também, que pode ser abarcado em outras pesquisas futuras, na perspectiva dos processos de construção de identidade e autoconfiança.

REFERÊNCIAS

1. ADOLESCENTES e jovens são 28% da população mundial; ONU pede mais investimentos. *ONUBR*, 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/adolescentes-e-jovens-sao-28-da-populacao-mundial-onu-pede-mais-investimentos/amp/>. Acesso em: 06 out. 2019.
2. ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. [S.I: s.n], Papiurus, 2009.
3. BRASIL. Lei n. 12.852, 5 ago. 2013. *Dos direitos e das políticas públicas de juventude*. Brasília, DF, ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 06 out. 2019.
4. BRUCE, G. Apresentação. In: COLETIVO, M. V. *A roda do beijo*. Olinda: Brascolor, 2017. p. 12-14.
5. COLETIVO, M. V. *Política institucional de proteção à infância*. Olinda: [s.n], 2017. p. 8.
6. COSTA, A. C. G. da. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. 2 ed. São Paulo: FDT, 2006.
7. DUARTE, A. Nosso jeito de fazer é todo especial. In: COLETIVO, M. V. *A roda do beijo*. Olinda: Brascolor, 2017. p. 32-35.
8. GADOTTI, M. *A questão da educação formal/não formal*. Institut international des Droits de l'Enfant. Sion, 2005.
9. GOHN, M. da G. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo. Cortez, 2013.
10. IBGE constata: jovens são os mais afetados pelo desemprego. *G1*, 05 de dez, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/12/05/ibge-constata-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego.ghtml>. Acesso em: 06 out. 2019.
11. IDOETA, P. A. Brasil perde jovens para violência em patamar de países como Haiti, aponta Atlas da Violência. *BCC News Brasil*. São Paulo, 5 jun. 2019.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48504184>. Acesso em: 06 out. 2019.

12. JUVENTUDE no Brasil. *UNESCO*, [s.d.]. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/youth-brasil>. Acesso em: 05 out. 2019.
13. RIBAS, F.B. Jr. *Educação e protagonismo juvenil. Prattein*, São Paulo, nov. 2004. Disponível em: http://prattein.com.br/home/dados_anexos/95.pdf. Acesso em: 8 set. 2019.
14. SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 21 ed, Cortez Editora, São Paulo, SP. 2000.
15. SOUZA, G. Mobilizar dentro e além das formações. Apresentação. In: COLETIVO, M. V. *A roda do beijo*. Olinda: Brascolor, 2017. p. 68-69.
16. SOUSA, M. A. de. *O propósito do protagonismo juvenil: quais discursos e significados?* Dissertação (mestrado), Universidade federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2243/1/2011_DIS_MASOUSA.pdf. Acesso em: 09 out. 2019.